

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (ACTAS 06 E 07, RESPECTIVAMENTE). -----

----- As actas da reunião ordinária realizada no dia 15 de Março e da reunião extraordinária realizada no dia 22 de Março de 2010, depois de lidas foram postas à votação e aprovadas por unanimidade.-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 – Alteração ao Protocolo de Prestação de Serviços Celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a APPACDM de Coimbra.-----

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----

----- 3. “Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase V – UP11 (Vala da Cova)” -----

----- - Aprovação do Plano de Segurança e Saúde-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- PROPOSTAS-----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO-----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista manifestaram e congratularam-se com a forma como decorreu o XIV Festival da Lampreia na Ereira, promovido pela Associação Cultural, Desportiva e Social da Ereira, porquanto a excelente organização demonstrada, principalmente a elevada qualidade da confecção do arroz de lampreia e peixe do rio frito oferecido aos visitantes, são o melhor argumento para promover o tradicional património gastronómico, reafirmando a premissa local que quem deve promover os seus pratos típicos e a gastronomia local são as gentes que os

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

sabem executar, segundo as melhores técnicas ancestrais, no lugar onde a tradição os afirmou. "O seu a seu dono". -----

----- Os Ereirenses defendem com elevada abnegação e competência aquilo que os distingue dos outros. Foi particularmente gratificante para os Vereadores do Partido Socialista constatar e partilhar o momento de confraternização e de apologia da tradição que se seguiu ao almoço, muito bem concebido pelo Grupo Musical "Arroz aos Molhos", conseguindo que todos os presentes acabassem o evento envolvidos e animados em torno da tradição e do produto que se visava promover. A tradição promove-se e preserva-se com aquilo que é realmente tradicional e típico da região. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que os contentores do lixo na Urbanização S. Luís, em Pereira, não estão seguros e em dias de temporal ou de vento com maior intensidade, estes passam para a via pública, batem em carros estacionados e obrigam os condutores a fazerem manobras de recurso para se desviarem dos mesmos. -----

----- Assim, recomenda-se que estes, por qualquer meio, como aliás é possível ver em alguns locais, possam ser presos, através de barões amovíveis ou basculantes. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou ainda que houve mais um acidente junto à Praias Fluvial, em Pereira e por isso considera que, de uma vez por todas, já que ocorreram algumas tragédias no local, era importante que a Câmara Municipal tomasse uma posição sobre esta situação, nomeadamente a colocação de lombas. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista são contra as "lombas enormes" que têm sido colocadas nas estradas, mas pelo menos deveriam ser colocadas bandas sonoras ou outras, que possam diminuir a velocidade dos veículos no local. -----

----- As vidas e a integridade física das pessoas são demasiado importantes para estarem desatentos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – 2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ----

----- 2ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO-----

----- Foi presente a segunda Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a segunda Revisão ao Orçamento (documento anexo à presente acta sob o número um). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que estas revisões dizem respeito a assuntos já abordados pelo executivo municipal, nomeadamente a introdução de um ponto no plano de intervenção do CAR, com os acessos a jusante; a intervenção na Quinta do Cardal, mais propriamente no espaço que é municipal, na reedificação do edifício, dos arranjos exteriores; e questões pendentes com a aquisição do quiosque.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que votavam favoravelmente, como já tinham assumido anteriormente. A justificação para esta revisão já tinha sido dada pelo senhor Presidente da Câmara. Ainda assim esta posição favorável nada tem a ver com a posição que assumiram nas Grandes Opções do Plano, por compreenderem os objectivos desta revisão. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar a referida Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento.-----

----- Mais deliberou por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE ----- ----- SANEAMENTO FINANCEIRO -----

----- O Presidente da Câmara informou que dando cumprimento ao disposto na alínea c), do n.º 4.º e do art. 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) foi presente o Relatório Anual sobre Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

----- Mais informou que o Dr. Fonseca Ribeiro foi o autor do documento de solicitação do saneamento financeiro aprovado pelo Tribunal de Contas. Foi-lhe solicitado a elaboração destes relatórios que lhe estão adstritos, nomeadamente um primeiro relatório anual e os relatórios trimestrais inerentes. -----

----- Chamava a atenção ao executivo de que, por vicissitudes várias do ponto de vista temporal, nomeadamente, recordava que o saneamento financeiro foi aprovado em Agosto de 2009, os prazos correspondentes e dado que estão no “final do ano”, do ponto de vista de aprovação de contas, só circunscrevem os primeiros quatro meses e não os seis meses que teria de aplicação. Isto porque estavam agora a aprovar as contas de 2009, que só depois de aprovadas permitem encerrar os dois meses seguintes do ano de 2010, ou seja, até Fevereiro do corrente ano. -----

----- Significa que estavam a dar cumprimento ao que está estipulado na Lei, mas em termos concretos só estavam a fazer uma análise de quatro dos eventuais seis meses, só

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

depois da aprovação das contas de 2009, poderão os serviços ter capacidade para poder fechar os dois meses seguintes do ano de 2010. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em relação ao Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, é conhecida a posição de dúvida dos Vereadores do Partido Socialista, já demonstrado em algumas posições anteriormente assumidas. Em relação a este relatório não tinham condições para apontar qualquer falha técnica porque não estavam no domínio de toda a informação. -----

----- No entanto, a posição de abstenção vai no sentido de que é entendimento que o período em análise é extremamente curto para tirar as conclusões que se tiram neste documento. Como não podiam contesta-las, em face também do mesmo princípio de que o período de análise é curto, a posição dos Vereadores do Partido Socialista está justificada pelo sentido da abstenção, ou seja, davam o benefício da dúvida e nesse sentido iam esperar por outro relatório para se pronunciarem definitivamente sobre este Plano de Saneamento Financeiro e sobre a sua execução. -----

----- Em particular, destacava a posição do ponto 2.2.2, que efectivamente lhe parecia que devia ser mais aprofundado. Este é para os Vereadores do Partido Socialista o "calcanhar de Aquiles" deste Plano de Saneamento Financeiro e, no seguimento de anteriores posições, entendiam que a forma de diminuir estes custos devem ser repensada e avaliada doutra forma. -----

----- Por essas e por outras razões que ali poderia referir, entendem que a posição de abstenção é cautelosa mas também é sensata, para não colocarem já em causa a execução do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, conforme foi dito quer no Plano apresentado, quer agora neste Relatório, existe sem sombra de dúvidas uma circunstância que resulta de efeitos conjunturais, que relevam a destrinça entre a situação económica que o Município vive e que é saudável e a situação financeira mais apertada pela não libertação de meios, sobretudo, que terá que ser ocasionada pela contracção de despesas em áreas menos operacionais e menos reprodutivas. -----

----- Essa questão levanta a necessidade de, e conforme foi dito pela própria oposição e que ele próprio subscrevia, e também foi abordado e fundamentado pelo Dr. Fonseca Ribeiro, este relatório terá uma leitura completamente diferente em Agosto de 2010, isto é, cumpre-se nessa data um ano e portanto é evidente que esta situação se vai arrastar até Dezembro de 2010 em termos da própria apresentação da Conta de Gerência, mas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

considera que se trata de um limiar temporal considerado adequado, independentemente das vicissitudes que já estavam a sentir, quase no final do primeiro trimestre de 2010.-----

----- Referia-se nomeadamente à obra da envergadura do CAR, que neste momento já orça em mais de cinco milhões de euros, e que ainda não teve um único pagamento (em virtude da candidatura ainda não estar aprovada e, consequentemente, o Tribunal de Contas ainda não ter concedido os vistos necessários), o que não permitia que houvesse um “desafogo” muito facilitado nesta matéria. -----

----- De qualquer maneira considerava que as posições tomadas foram claramente conciliatórias de uma preocupação, independentemente das votações de cada um, ou dos anseios que o próprio Plano apresentou. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da bancada da Coligação “Montemor, Sempre”, aprovar o Relatório Anual sobre Execução do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Mais deliberou por unanimidade remeter o presente assunto à Assembleia Municipal, para aprovação e cumprimento do exposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º. 40.º. da Lei n.º. 2/2007, de 15 de Janeiro.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – AGNI INC – DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA ----- ENERGIAS ALTERNATIVAS, S.A. – RECLAMAÇÃO DE CRÉDITOS -----

----- O Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal apresentou uma reclamação de créditos ao administrador da insolvência da AGNI Inc – Desenvolvimento de Sistemas para Energias Alternativas, S.A. -----

----- O Município de Montemor-o-Velho reclama o pagamento da quantia de 343.986,00 € (trezentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e seis euros), acrescida de juros à taxa legal, contados desde 07 de Dezembro de 2007, respeitante a incentivos financeiros atribuídos à AGNI.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 4 – 16.º ANIVERSÁRIO DIÁRIO AS BEIRAS----- ----- PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO-----

----- O Presidente da Câmara informou que o Diário As Beiras comemorou, este mês, o 16º aniversário com uma cerimónia comemorativa, no passado dia 26 de Março, pelas 21h15, no Teatro Académico de Gil Vicente, em Coimbra. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Na cerimónia foram entregues os prémios Dário As Beiras 2010 a entidades e personalidades que mais se distinguiram nas áreas do ambiente, cultura, desporto, economia & empresas, educação, inovação, saúde e sociedade & vida. -----

----- Foram ainda entregues os prémios futuro e carreira. -----

----- Assim, propôs que a Câmara Municipal autorizasse a atribuição de um patrocínio para o evento em causa, no valor de 1.000€ (mais IVA), para o prémio carreira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar um patrocínio de 1.000€ (mil euros), acrescido de IVA à taxa legal, para o 16.º aniversário Diário As Beiras. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 1 – CELEBRAÇÃO DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DA-----

----- PARCELA N.º 130 – LOTE 1076 -----

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- “Na sequência da Deliberação de Câmara de 12 de Outubro de 2009 sobre Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho – Resolução de pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação das parcelas de terreno para construção do CAR – 2ª FASE – Vala da Cova e consequente tentativa de aquisição por via do direito privado das parcelas para as obras do Desvio da Vala da Cova, vieram os proprietários Luís Carlos Mendes Travassos, com o NIF 151 895 929 e Maria de Jesus Lopes Monteiro da Costa, com o NIF 151 896 410, sob o regime de comunhão geral de bens, residentes na Rua do Cabeço, n.º 20, freguesia de Carapinheira, apresentar a documentação necessária à celebração da Escritura da Compra e Venda da Parcela n.º 130 – Lote 1076, a destacar do artigo matricial rústico nº 4933 da freguesia e concelho de Montemor-o-Velho, com a área de 1432 m2. -----

----- Os proprietários declararam que não existe arrendatário ou qualquer outro ónus ou encargo sobre a referida parcela. -----

----- Para o efeito, torna-se necessária a emissão do correspondente meio de pagamento, no montante de € 2 964,24 correspondendo € 2 276,88 ao valor da aquisição do terreno e € 687,36 à indemnização pela cultura, o que se propõe.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir a Parcela n.º 130 – Lote 1076, a destacar do artigo matricial rústico nº 4933 da freguesia e concelho de Montemor-o-Velho, com a área de 1432 m2, de que são proprietários Luís Carlos Mendes Travassos e Maria de Jesus Lopes Monteiro da Costa, pelo montante de € 2 964,24 correspondendo € 2 276,88 ao valor da aquisição do terreno e € 687,36 à indemnização pela cultura. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – CELEBRAÇÃO DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DA**-----

----- **PARCELA N.º 96 – LOTE 1042** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- “Sob a Informação n.º 20/2010, que se anexa, foi presente a reunião de Câmara Municipal a aquisição da totalidade da parcela em epígrafe ao Sr. António Rama Abrunheiro e esposa, por estar prevista uma permuta com o Sr. Luís Carlos Mendes Travassos.

----- Entretanto, contactado este último, fomos informados que já não pretendia efectuar tal transacção. -----

----- Assim, propomos que seja dada sem efeito a deliberação de 1 de Fevereiro e seja proposta a presente informação para a aquisição somente dos necessários 80 m2 do artigo matricial rústico n.º 4984, correspondente ao lote 1042, da freguesia de Montemor-o-Velho, propriedade de António Rama Abrunheiro, com o NIF 100 475 752 e esposa Maria Leonor de Sousa Fernandes, com o NIF 100 475 736, para a concretização do Desvio da Vala da Cova, conforme deliberação de 12 de Outubro de 2009. -----

----- Face ao exposto, e com base nos valores preconizados pelo perito da lista oficial, dever-se-á adquirir a parcela pelo valor de 165,60€, correspondendo 127,20€ ao valor da aquisição do terreno e 38,40€ de indemnização pelas culturas.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade revogar a deliberação de 1 de Fevereiro do corrente. -----

----- Mais deliberou por unanimidade adquirir 80 m2 do artigo matricial rústico n.º 4984, correspondente ao lote 1042, da freguesia de Montemor-o-Velho, propriedade de António Rama Abrunheiro e esposa Maria Leonor de Sousa Fernandes, pelo montante de 165,60€, correspondendo 127,20€ ao valor da aquisição do terreno e 38,40€ de indemnização pelas culturas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS**-----

----- **1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS --**

----- **MUNICIPAIS**-----

----- Foi presente a proposta final de Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, onde foram incluídas as observações e sugestões formuladas pelo executivo municipal, bem como a informação do Departamento Administrativo e Financeiro que se transcreve:-----

----- “Determina a Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) na alínea c) do artigo 10º, que constitui receita do município “o produto da cobrança de taxas e preços

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

resultantes da concessão de licenças e de prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15º e 16º." -----

----- Por sua vez, o mencionado artigo 15º, sob a epígrafe "Taxas dos municípios" dispõe:

"1 - Os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais. 2 - A criação de taxas pelos municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela actividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais." -----

----- O mencionado Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei nº. 53-E/2006, de 29 de Dezembro) refere, no seu artigo 6º, sobre o título "Incidência objectiva" o seguinte: -----

----- "1 - As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade dos municípios, designadamente: -----

----- a) Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias; -----

----- b) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular; -----

----- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal; -----

----- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento; -----

----- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva; -----

----- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil; --- -----

----- g) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental; -----

----- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional. -----

----- 2 - As taxas municipais podem também incidir sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo. -----

----- E acrescenta ainda este último diploma que a criação das taxas das autarquias locais, por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo, deverá conter obrigatoriamente, sob pena de nulidade: -----

----- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva; -----

----- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;-----

----- d) As isenções e sua fundamentação;-----

----- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;-----

----- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.-----

----- Porque este trabalho carece de específicos conhecimentos e assume natureza eminentemente técnica, foi o mesmo objecto de contratação de serviços externos ao Dr. Pedro Mota e Costa, docente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, especialista em Finanças Autárquicas, o qual veio agora apresentar o trabalho final.-----

----- Em cumprimento do que acima se referiu relativamente à competência dos órgãos autárquicos, propõe-se ao Executivo Municipal que aprecie, para aprovação, a proposta que ora se anexa, e posteriormente seja a mesma remetida à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos da alínea a) do nº6 do art.º 64º e alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro."-----

----- A bancada do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- "O Projecto de Regulamento, que nos foi presente, é composto de um Regulamento e um "Anexo 1" (com as taxas discriminadas). Desconhecemos a existência de qualquer outro anexo, que de qualquer das formas, não nos foi presente.-----

----- Quanto ao Regulamento de Taxas (normativo), o documento mostra-se bem elaborado, não nos merecendo qualquer reparo.-----

----- Quanto ao "Anexo 1" que contém as taxas e outras receitas Municipais, no documento que nos foi presente para análise, não se nos afigura ser o documento definitivo, embora nos possamos pronunciar sobre um esboço que é composto por 22 páginas, onde são propostas as presumíveis alterações às taxas em vigor.-----

----- Tivemos conhecimento de um estudo prévio sobre a fundamentação das taxas em cumprimento da Lei 53-E/2006, de 29/12, que nunca nos foi presente em formato integral, excepto a apresentação final dos resultados do mesmo. Tal estudo elaborado por entidade externa, não nos merece qualquer reparo quanto aos resultados apresentados, pois os mesmos foram calculados de acordo com fórmulas de cálculo previamente definidas, só variando os valores unitários calculados em face dos dados fornecidos pelas diversas autarquias clientes.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Em face dos resultados que nos foram apresentados de tal estudo, a esmagadora maioria das taxas do presente Regulamento e Anexo 1, encontra-se fundamentada de acordo com as exigências legais. -----

----- No entanto, ressalta com notória e objectiva evidência de tal estudo, os elevados custos operacionais da CM de Montemor-o-Velho, que se reflectem nos custos fixos e variáveis atribuídos a cada uma das taxas em análise.-----

----- Esta é a realidade que temos vindo a reclamar mais atenção da actual maioria que governa a CM de Montemor-o-Velho, como consta da nossa Declaração de Voto sobre a deliberação de 22/03/2010 do Relatório e Contas de 2009. É necessário elaborar um Balanço Funcional e promover uma Auditoria de Gestão, com vista a referenciar onde se pode otimizar os custos de funcionamento da autarquia, promovendo de seguida as reformas necessárias para a sua eventual correcção.-----

----- Os Vereadores do Partido Socialista manifestam o elogio aos Vereadores e Deputados Municipais do Partido Socialista do anterior mandato autárquico, porquanto, a sua posição assumida em 2008 era pertinente e justa, pois, volvidos cerca de dois anos sobre a anterior actualização das referidas taxas, estas depois de confrontadas com os custos funcionais actuais, mantêm-se, na sua esmagadora maioria muito próximas do Valor/Custos associados em 2010. -----

----- No entanto, posteriormente foi aprovado um Plano de Saneamento Financeiro para a CM de Montemor-o-Velho, bem como, a actual situação financeira das Finanças Municipais, está bem mais agravada, conforme nossa posição assumida em relação ao Relatório e Contas de 2009. -----

----- A actual posição dos Vereadores do Partido Socialista terá de se enquadrar neste último contexto, pois sabemos que tal Plano de Saneamento Financeiro prevê para o futuro actualizações fixas de tais taxas e a actual situação financeira da CM de Montemor-o-Velho não permite, de imediato, sem mais, qualquer diminuição da receita prevista.-----

----- Assim, somos frontalmente contra os aumentos das taxas propostas (no documento fornecido identificadas com os n.ºs. de ordem 4, 55, 80, 265, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 299, 300, 301, 302, 303, 405, 406 e 407), embora se reconheça o seu diminuto campo de aplicação, ou impacto social sem grande relevância (Eles também revelam as diferentes atitudes políticas, de ambas as partes, face às realidades concretas consideradas). Tais aumentos parecem satisfazer, a necessidade de actualização das taxas preconizada no Plano de Saneamento Financeiro em execução!-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Globalmente, mantendo-se idênticos os valores das restantes taxas, as mais relevantes e que representam a grande maioria do Anexo 1, tendo em conta os condicionalismos anteriormente referidos, os Vereadores do Partido Socialista, usando de uma posição sensata e coerente com o que vêm defendendo, privilegiando, em primeiro lugar, o Princípio da estabilidade financeira do Município, irão **ABSTER-SE** na Deliberação sobre o Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais que lhes foi submetido à sua apreciação (de acordo com os documentos que lhe foram facultados), mantendo em absoluto, as recomendações que vêm fazendo à actual maioria PSD/PP que governa a CM de Montemor-o-Velho, nomeadamente, as que fizeram na Declaração de Voto sobre o Relatório e Contas de 2009. -----

-----Mais uma vez repudiamos, e reafirmamos o nosso protesto político, perante o valor das taxas a praticar, no futuro, neste concelho de poucos recursos económicos, e ainda, que se continue a preconizar que o saneamento financeiro da CM se faça por via da receita, sendo certo que, os últimos resultados operacionais, determinam, necessariamente, a falência desta estratégia, face à crise nacional que vivemos a nível nacional e aos resultados apurados para 2009". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação "Montemor Sempre", aprovar o Regulamento de Taxas e outras Receitas do Município de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número três.-----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter oportunamente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve: -----

----- "Na sequência da nossa informação n.º 12 GJ, foi a proposta de Regulamento Municipal da Publicidade submetida a reunião do executivo municipal, tendo sido propostas algumas alterações/sugestões. -----

----- Posteriormente foi aquela proposta remetida ao DOT e GEP, para análise e sugestões tidas por convenientes do âmbito das suas competências. -----

----- Foram remetidas a este gabinete as informações DOT n.º 57/2010 RS e GEP n.º 30/2010 com observações e consequente proposta de alteração. -----

----- Cumpre referir que, foram aquelas, na sua maioria, tidas em consideração e porquanto esta data já se encontram plasmadas na proposta que ora se anexa. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Acresce mencionar que este gabinete após uma leitura atenta do Regulamento aqui em apreciação e considerando a realidade do Município, entendeu por conveniente alterar a expressão " piso de acesso" por "piso térreo". -----

----- Considerando as observações supra referidas à proposta de Regulamento de Publicidade, junto se anexa a versão final do documento, a qual deverá ser remetida, para aprovação, à reunião de Câmara Municipal e consequentemente à Assembleia Municipal."

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votavam favoravelmente esta Proposta de Regulamento de Publicidade e reconhecem que a sugestão feita por eles, na anterior reunião de Câmara, foi devidamente atendida e incluída no presente Regulamento. -----

----- Quanto às zonas de especial sensibilidade mantinham uma reserva intelectual, que se baseia no facto de, no futuro, não poderem ficar excluídos todos os actos que não se considerem publicidade, ou seja, as zonas de especial sensibilidade têm de obedecer ao mesmo critério anterior, que está no art. 2º e 3º. Nas zonas de especial sensibilidade tinham que referenciar com o artigo 2.º e 3.º, sendo certo que estas análise casuísticas original discricionariedade por parte da Administração local e nesse ponto mantinham alguma reserva intelectual, para que no futuro se possam insurgir, caso isso venha a acontecer, que casos idênticos sejam tratados de forma diferenciada, numa mesma zona. -----

----- Esta é a preocupação dos Vereadores do Partido Socialista, é uma reserva de cautela, porque quando se propõe a análise casuística, pode dar origem a este tipo de situações. No futuro, apesar de aprovarem e de estarem de acordo com o presente regulamento, poder-se-ão insurgir nestas particulares situações. -----

----- O que não é publicidade continua a não ser publicidade nas zonas de especial sensibilidade e a análise casuística tem que ser aferida com critérios respeitando o princípio da igualdade de tratamento dos munícipes. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento de Publicidade Propaganda e Ocupação do Espaço Público do Concelho de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter oportunamente à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – LIGAÇÃO AO SISTEMA MUNICIPAL DE DRENAGEM PÚBLICA E -**
----- **PREDIAL DE ÁGUAS RESIDUAIS – CONSTRUÇÃO DE RAMAL DE --**
----- **ÁGUAS RESIDUAIS (ESGOTOS) -----**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- - JUNTA DE FREGUESIA DE MEÃS DO CAMPO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços dando conta de que na sequência do requerimento apresentado pela Junta de Freguesia de Meãs do Campo, relativamente ao assunto em epígrafe, informam que de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Capítulo IV, do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e nos termos do artigo 16º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), estão isentos do pagamento de todas as taxas e encargos, designadamente preços, o Estado e seus institutos e organismos autónomos personalizados, os municípios e as freguesias, bem como outras entidades públicas ou privadas que beneficiem do regime de isenção previsto em preceito legal especial, mediante deliberação da Câmara Municipal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade isentar a Junta de Freguesia de Meãs do Campo do pagamento de taxas referente à ligação ao sistema municipal de drenagem pública e predial de águas residuais, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Capítulo IV, do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**TESOURARIA** -----

----- **1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 26 de Março do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 859.634,26 € (oitocentos e cinquenta e nove mil seiscientos e trinta e quatro euros e vinte e seis cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 364.591,81€ (trezentos e sessenta e quatro mil quinhentos e noventa e um euros e oitenta e um cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

-----**SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

----- **1 - MINUTA DO CONTRATO DE EMPREITADA: "SINALIZAÇÃO** -----

----- **RODOVIÁRIA"** -----

----- **- APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- "Na sequência da deliberação da Reunião de Câmara de 18 de Janeiro de 2010, na qual foi adjudicada a empreitada supra e para os efeitos no disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, junto se envia a minuta para a devida aprovação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Mais se informa que, de acordo com as alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do referido Decreto – Lei, foram apresentados pela empresa Nelcentro Construções, L.da, os documentos necessários para a celebração do referido contrato. -----

----- Foi ainda apresentada caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato da empreitada: “Sinalização Rodoviária”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número cinco.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – MINUTA DO CONTRATO DE EMPREITADA:** -----

----- **“CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO”** -----

----- **– TRABALHOS A MAIS (PROJECTO ELÉCTRICO E DE**-----

----- **TELECOMUNICAÇÕES)** -----

----- **– APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- “Na sequência da deliberação da Reunião de Câmara de 01 de Fevereiro de 2010, na qual foi adjudicada a empreitada supra e para os efeitos no disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, junto se envia a minuta para a devida aprovação.

----- Mais se informa que, de acordo com as alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do referido Decreto – Lei, foram apresentados pela empresa Ramos Catarino, S.A., os documentos necessários para a celebração do referido contrato. -----

----- Foi ainda apresentada caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre, aprovar a minuta do contrato da empreitada: “Centro Educativo de Montemor-o-Velho” – Trabalhos a mais (Projecto eléctrico e de telecomunicações)”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número seis.-----

----- Os Vereadores do Partido Socialista fizeram declaração de voto, no sentido de que a sua posição está em conformidade com a posição anteriormente assumida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – MINUTA DO CONTRATO DE EMPREITADA DE:** -----

----- **“REDE DE ESGOTOS DA PORTELA (ZONAS LIMÍTROFES)**-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- - FASE B – ETAR” -----

----- - APROVAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- “Na sequência da deliberação da Reunião de Câmara de 18 de Janeiro, na qual foi adjudicada a empreitada supra e para os efeitos no disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro junto se envia a minuta para a devida aprovação. -----

----- Mais se informa que, de acordo com as alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do referido Decreto – Lei, foram apresentados pela empresa terraplanagens Alferope, L.da, os documentos necessários para a celebração do referido contrato. -----

----- Foi ainda apresentada caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato da empreitada: “Rede de esgotos da portela (zonas limítrofes) – Fase B - ETAR”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número sete.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – MINUTA DO CONTRATO DE EMPREITADA DE: -----

----- “INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE MONTEMOR -----

----- - AV. DOS BOMBEIROS (LARGO N. SR.ª DO DESTERRO ATÉ À ----
----- ROTUNDA DO TRIBUNAL” -----

----- - APROVAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- “Na sequência da deliberação da Reunião de Câmara de 28 de Setembro, na qual foi adjudicada a empreitada supra e para os efeitos no disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro junto se envia a minuta para a devida aprovação. -----

----- Mais se informa que, de acordo com as alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do referido Decreto – Lei, foram apresentados pela empresa terraplanagens Alferope, Lda., os documentos necessários para a celebração do referido contrato. -----

----- Foi ainda apresentada caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato da empreitada: “Intervenção no espaço urbano de Montemor – Av. dos Bombeiros (Largo N. Sr.ª do Desterro até à rotunda do Tribunal”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 5 – MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO AVULSO N.º 5/2010 DE---
----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA “ETAR’S DE ARAZEDE E -----
----- VERRIDE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO COM--
----- COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA” -----
----- – APROVAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação do Gabinete Jurídico, de teor seguinte:-----

----- “Na sequência da informação de 24 de Março de 2010 e após análise da proposta de minuta da adenda ao Contrato avulso n.º 5/2010, cumpre informar: -----

----- Somos do entendimento que uma adenda a contrato deve conter a redacção final das cláusulas, pelo que introduzimos algumas alterações à minuta apresentada. -----

----- Assim, a redacção da cláusula 2ª, no seu n.º 1 passa a conter o valor mensal que é devido pela Câmara Municipal, sendo que o n.º 2 se mantém inalterado. -----

----- Relativamente à cláusula 4ª, mantivemos a regra geral do n.º 1, na qual se estipulava o prazo de execução dos trabalhos. Já o n.º 2 apresenta uma redacção diferente, prevendo a situação de existirem datas diferentes de início dos trabalhos na ETAR de Arazede e Verride. Quanto aos restantes números desta cláusula, mantêm-se inalterados.-----

----- Desta forma, e quanto à questão do pagamento mensal dever ser feito em momentos diferentes, e isto porque a execução de trabalhos tem, também, datas diferentes, parece-nos que da leitura da redacção final das cláusulas em questão se subentende que o pagamento referente à ETAR de Verride só começará a ser efectuado, por esta Câmara, no momento em que se iniciem os trabalhos. -----

----- Uma vez que no n.º 2 da cláusula 2ª é, explicitamente, referido que “os pagamentos serão efectuados mediante a apresentação de facturas mensais de acordo com o valor indicado na proposta”, não parece ser necessário incluir na redacção da cláusula 4ª tal questão, até porque esta, apenas, prevê o prazo da prestação de serviços.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta de adenda ao contrato avulso n.º 5/2010 de prestação de serviços para “ETAR’S de Arazede e Verride – prestação de serviços de fiscalização com coordenação de segurança e saúde em obra”, que consta como documento anexo à presente acta sob o número nove.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS** -----

----- **SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- 1 – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ---
----- CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- MONTEMOR-O-VELHO E A APPACDM DE COIMBRA -----

----- Foi presente uma informação dos serviços que a seguir se transcreve:-----

----- "Na sequência da deliberação de Câmara Reunião realizada em 01 de Fevereiro de 2010, onde foi deliberado por unanimidade aprovar a primeira adenda e alteração ao Protocolo acima mencionado, venho por este meio informar V. Ex.^a o seguinte: -----

----- - Constatou-se que, na minuta de Protocolo entregue pela APPACDM, o mesmo contém algumas incorrecções que deverão ser rectificadas, nomeadamente, onde se lê "que teve início em 5 de Janeiro de 2004 e com renovação em 22 de Maio de 2006", deve ler-se "que teve início em 22 de Maio de 2006"; -----

----- - As condições gerais do Protocolo mantêm-se, nomeadamente, no que se refere ao montante e as condições de realização da prestação de serviços, deliberado na Reunião de Câmara acima indicada (minuta em anexo);-----

----- Face ao exposto e, salvo melhor opinião, uma vez que para a Adenda ao Protocolo aprovada ser rectificada, julgo que a mesma deverá ser aprovada em Reunião de Câmara Municipal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a Primeira Adenda e Alteração ao Protocolo de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a APPACDM de Coimbra, que consta como documento anexo à presente acta sob o número dez. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 15 e o dia 26 de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número onze). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE 28,00 M², PARA DOMÍNIO -----

----- MUNICIPAL RELATIVO AO PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA --

----- CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO, REQUERIDO

----- POR CÉLIA MARIA MONTEIRO DOS REIS, NO LUGAR DE -----

----- VALCANOSA, FREGUESIA DE MEÃS, DESTE CONCELHO-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Foi presente o processo em epígrafe, a propor a cedência ao Município de 28,00 m² de terreno. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar a cedência proposta pela munícipe em causa, ficando esta condicionada a proceder ao tratamento do espaço cedido e à apresentação da certidão da CRP rectificadora/corrigida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – TOPONÍMIA DAS FREGUESIAS DE ABRUNHEIRA, EREIRA, ----- ----- GATÕES E VILA NOVA DA BARCA -----

----- Foi presente a proposta da Comissão de Toponímia, a propor a aprovação da toponímia para as Freguesias de Abrunheira, Ereira, Gatões e Vila Nova da Barca. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter este assunto à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, - ----- AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO D.L. N.º 73/2009, DE - ----- 31 DE MARÇO, PARA A INSTALAÇÃO DE UM HOTEL CANINO E - ----- FELINO, NA RUA 25 DE ABRIL, TENTÚGAL, REQUERIDO POR ----- ----- RICARDO SIMÃO VITÓRIA MENDES -----

----- Foi presente o requerimento supra mencionado, a solicitar que seja declarado o interesse público da pretensão, para efeitos de desafectação da Reserva Agrícola Nacional. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar a intervenção como sendo de relevante interesse público (RIP). -----

----- Mais deliberou submeter este assunto à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 5 – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE MONTEMOR-O-VELHO ----- ----- – CAR – PISTA DE ATLETISMO ----- ----- – DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO (RIP), AO -- ----- ABRIGO DO N.º. 1 DO ART.º. 21º. DO DEC-LEI Nº. 166/2008, DE ----- 22 DE SETEMBRO -----

----- Foi presente o processo supra mencionado, a solicitar que seja declarado o relevante interesse público (RIP) do projecto da Pista de Atletismo. -----

----- Do referido processo consta a informação DOT nº. 54/2010, a sugerir que a Câmara Municipal delibere sobre o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- a) Concordar com o projecto da Pista de Atletismo, como acção de relevante interesse público (RIP);-----

----- b) Declare a inexistência de localização alternativa em áreas não integradas na REN, para levar a efeito esta acção; -----

----- Que, após a deliberação nos termos propostos, que o processo seja reencaminhado para a Assembleia Municipal, para a emissão da declaração.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade proceder em conformidade com o apontado na informação DOT nº. 54/2010 (que faz parte da acta como documento anexo número doze).-----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter este assunto à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL**-----

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL** -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE** -----

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS** -----

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS** -----

----- **1 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** -----

----- **POVOAÇÕES: FREGUESIA DE SANTO VARÃO**-----

----- **(URBANIZAÇÃO DA LUZ)** -----

----- **- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde.-----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde o Eng.º Carlos Borges.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS** -----

----- **POVOAÇÕES: FREGUESIA DE SANTO VARÃO**-----

----- **(URBANIZAÇÃO DA LUZ)** -----

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E -**

----- **PLANO DE PAGAMENTOS DEFINITIVOS**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalhos, Cronograma Financeiro e Plano de Pagamentos definitivos, apresentados pelo empreiteiro

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de serem aceites. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Programa de Trabalhos, Cronograma Financeiro e Plano de Pagamentos definitivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **3 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):** -----

----- **FASE E – UP33 CICLOVIA (APENAS ESTRUTURA METÁLICA DAS--**
----- **PONTES), UP42 ILHAS (APENAS ESTRUTURA METÁLICA DA -----**
----- **PONTE) E UP51 EDIFÍCIO (APENAS ESTRUTURA METÁLICA-----**
----- **EXTERIOR)-----**

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E -**
----- **PLANO DE PAGAMENTOS DEFINITIVOS -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalhos, Cronograma Financeiro e Plano de Pagamentos definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de serem aceites. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o Programa de Trabalhos, Cronograma Financeiro e Plano de Pagamentos definitivos. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista fizeram declaração de voto, no sentido de que a sua posição está em conformidade com a posição anteriormente assumida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **4 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):** -----

----- **FASE F – UP43 CAIS (PARTE RESTANTE) E UP51 EDIFÍCIO -----**
----- **(PARTE RESTANTE)-----**

----- **- SUBEMPREITADA COM A RODIO PORTUGAL, SA -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que o empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, António da Silva Campos, S.A tinha recorrido ao regime de subempreitada para execução dos trabalhos de execução de estacas pré-fabricadas através da empresa Rodio Portugal, S.A devidamente habilitada para o efeito conforme documentos apresentados. -----

----- Mais se informa que, o valor total dos referidos trabalhos é de 127.292,40 € (cento e vinte e sete mil duzentos e noventa e dois euros e quarenta cêntimos) o qual correspondem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

a 6,38 % do preço contratual, enquadrando-se dentro dos limites fixados no nº 2 do artigo 383º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **5 – “CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):** -----

----- **FASE V – UP11 (VALA DA COVA)”** -----

----- **- APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE**-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde. -----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng.ª Cristina Aguiar.-----

----- Os Vereadores do Partido Socialista fizeram declaração de voto, no sentido de que a sua posição está em conformidade com a posição anteriormente assumida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos-----

----- **-2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS** -----

----- **1 – ETAR PARA ESGOTOS DE LICEIA, GATÕES E SEIXO** -----

----- **- CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO**-----

----- **- ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 01 de Março do corrente ano, foi feita audiência prévia nos termos do artigo 101º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março. Todos os concorrentes receberam a respectiva notificação, conforme avisos que constam do processo. -----

----- Tendo sido cumprido o procedimento atrás referido e ultrapassado o prazo de audiência prévia (22/03/2009) verificou-se a inexistência de reclamações.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Adjudicar a empreitada da obra em epigrafe ao concorrente Guilherme Gonçalves Correia & Filhos, Lda., pelo montante de 1.064.765,35 € (um milhão e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de duzentos e dez dias, acrescido de sessenta dias para execução do projecto final. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Dois - Aprovar a minuta do contrato e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o contrato.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 – ACIDENTE DEVIDO A TAMPA DE CAIXA DE VISITA DE ÁGUAS RESIDUAIS**-----
----- **- RECLAMAÇÃO DE JOÃO PAULO S. FERNANDES E SUSANA** ----
----- **ISABEL M. BREDÁ** -----

----- Na sequência da reclamação apresentada pelo munícipe João Paulo S. Fernandes sobre o acidente ocorrido na estrada E.N. 335 na localidade de Carapinheira, foi presente o respectivo processo acompanhado de uma informação dos serviços e de um orçamento no montante de 519,78 € (quinhentos e dezanove euros e setenta e oito cêntimos) - IVA já incluído. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade assumir os prejuízos causados no veículo do munícipe João Paulo S. Fernandes, no montante de 519,78 € (quinhentos e dezanove euros e setenta e oito cêntimos) - IVA já incluído, devendo o mesmo apresentar os seguintes documentos:-----

----- Um - Livrete e Registo de Propriedade do veículo sinistrado, fazendo igualmente prova de que é legítimo proprietário do mesmo.-----

----- Dois – Documento (original) comprovativo do pagamento da quantia em causa. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **3 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ETAR'S** -----
----- **- ETAR DE PEREIRA, SANTO VARÃO/FORMOSINHA E**-----
----- **CARAPINHEIRA/MEAS** -----
----- **- PROJECTO E CADERNO DE ENCARGOS**-----
----- **- ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, no seguimento de informações das empresas que efectuem a manutenção das Etar's mencionadas em epígrafe foi preparado um processo para levar a efeito as obras necessárias ao cumprimento das normas de protecção e segurança dos operadores, no decurso das operações de manutenção, bem como remodelação de órgãos os parafusos de Arquimedes da ETAR de Carapinheira/Meas.-----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base é de 26.530,00 €. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridas pelos Serviços.-----

----- Três – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- -Adelino Caridade Miranda, Eng.º – Presidente -----

----- -Carlos Borges, Eng.º Civil-----

----- -Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra.-----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

----- Luís Miguel Lopes da Costa, Téc. – Vogal -----

----- Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a – Vogal -----

----- Quatro – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **4 – EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ETAR DE-
EREIRA E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DA REDE DE ESGOTOS DE----**
----- **MONTEMOR-O-VELHO, QUINHENDROS E EREIRA -----**
----- **- RELATÓRIO FINAL/ADJUDICAÇÃO -----**

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 124º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o relatório final e adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente Efacec, S.A, pelo montante de 24.660,00 € (vinte e quatro mil seiscentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal, para um prazo de vigência de um ano, podendo o mesmo ser tacitamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos de tempo, até ao máximo de três anos, salvo denúncia expressa por qualquer das partes formulada por escrito até um mês antes do termo final da prestação ou de qualquer das suas prorrogações. -----

----- Dois – Que a empresa apresente os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP – (Código dos Contratos Públicos), no prazo de 15 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Três – Aprovar a minuta do contrato e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o contrato.-----

----- Quatro - Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ---

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – PUBLICAÇÃO “MONTEMOR-O-VELHO A CAMINHO DA CORTE E DAS CORTES”, DA PROF. DOUTORA MARIA HELENA DA CRUZ - COELHO E CALENDÁRIO 2010 “MANUEL DE MACEDO” -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Na sequência da concretização de dois projectos editoriais, a ver, a publicação ‘Montemor-o-Velho a Caminho das Cortes e da Corte’, Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e do Calendário 2010 ‘Manuel de Macedo’ venho por este meio dar conhecimento à Senhora Vereadora sobre o desvio orçamental registado. -----

----- Relativamente ao desvio orçamental ocorrido com a publicação ‘Montemor-o-Velho a Caminho das Cortes e da Corte’, da Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho (Deliberação da Reunião de Câmara de 14 de Abril de 2009), de 3790,5 €, este deveu-se aos seguintes factores: -----

----- Aumento do número de páginas, de 150 para 232; -----

----- Dada a espessura final da publicação, houve necessidade de ser produzida uma protecção de capa. -----

----- Relativamente ao desvio orçamental ocorrido com o Calendário 2010 ‘Manuel de Macedo’ (Deliberação da Reunião de Câmara de 3 de Agosto de 2009), de 1733,92 €, este deveu-se aos seguintes factores: -----

----- Reprodução de xilogravuras da Imprensa Nacional – Casa da Moeda SA;-----

----- Colocação de verniz localizado na capa; -----

----- Colocação de mais uma folha de papel vegetal; -----

----- Tendo a empresa gráfica produzido mais 150 exemplares, esta propôs à Autarquia adquirir os mesmos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o desvio orçamental no valor de 1733,92 €, de acordo com o atrás exposto. -----

----- 2 – CONCURSO DE FADO AMADOR -----

----- - CENTRO CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DO MOINHO --
DA MATA-----

----- - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de que o Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata, foi o vencedor do concurso do Fado Amador, no ano transacto em Liceia. -----

----- Assim, este ano, o referido concurso será realizado no Moinho da Mata, no próximo dia 15 de Maio, sendo este integrado no programa do aniversário desta Associação. -----

----- Assim propôs o seguinte apoio: -----

----- Envio/ recepção de documentação para convite à participação; -----

----- Pagamento aos guitarristas; -----

----- Aquisição de prémios de presença. -----

----- A autarquia terá um gasto com este evento no montante de 800,00€. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- **3 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E SOCIAL DA EREIRA---**

----- **– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----**

----- A Vereadora do Pelouro informou que, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, se encontra previsto o apoio à aquisição de material informático, audiovisual, multimédia, entre outros. -----

----- Assim, propôs a atribuição de um subsídio de 350,00€ à Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira, a fim de ajudar a custear a compra de material audiovisual.----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----**

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----**

----- **1 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O -----**

----- **INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO-----**

----- **E ARQUEOLÓGICO (IGESPAR, IP) -----**

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP) remeteu a esta Câmara Municipal uma proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o objectivo de partilha de informação correspondente ao património classificado deste concelho, reforçando a cooperação entre estas duas entidades, numa perspectiva de protecção e valorização do património e de criar mecanismos que permitam uma eficiente gestão do património imóvel a nível das autoridades locais.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Neste sentido foi solicitado ao Arquivo Municipal para se pronunciar relativamente à proposta apresentada, o qual se manifestou no sentido de que tem todo o interesse que a Câmara Municipal proceda à celebração do referido protocolo, nos termos da informação anexa à presente acta sob o número.-----

----- Na cláusula 3.^a da minuta do Protocolo surgiram dúvidas relativamente ao fornecimento por parte da Câmara Municipal da "... cartografia digital do concelho, incluindo edifícios, passeios e nomes de via, com vista à sua integração no sistema de informação;" tendo sido solicitado esclarecimentos ao DOT, que se pronunciou favoravelmente ao fornecimento solicitado.-----

----- Face ao exposto, julga-se que o referido Protocolo de Colaboração a celebrar entre o IGESPAR, IP e a Câmara Municipal se encontra em condições de ser remetido à próxima reunião do executivo municipal para que este se pronuncie sobre a sua aprovação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o IGESPAR, IP e a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que consta como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – MOR-ENERGY – ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO EM-----

ENERGIA – APROVAÇÃO DA VERSÃO CORRIGIDA DOS -----

ESTATUTOS -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi presente a informação que se transcreve: -----

----- "Como é do conhecimento de V. Ex.^a em reunião do executivo municipal de 14 de Setembro de 2009 e em sessão da Assembleia Municipal de 25 de Setembro de 2009 foram aprovados os Estatutos de MOR-ENERGY – Associação de Investigação em Energia. -----

----- Posteriormente, a "MARTIFER – Group" apresentou, na qualidade de interessada em integrar esta Associação como sócia fundadora, as seguintes sugestões relativamente aos referidos estatutos: -----

----- "2. Art. 7.º, n.º1: a palavra "Instituto" deverá ser alterada, p.ex. por "Associação". -----

----- 3. Art. 7.º, n.º 3, alínea b): esta alínea é por nós considerada um direito e não um dever, pelo que deveria fazer parte do Art. 7.º, n.º2. -----

----- 4. Art. 10.º, n.º1: deveria ficar expresso se o Presidente e/ou os Secretários são não Associados (uma vez que o Presidente até tem voto de qualidade)." -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 29

----- Tendo as mencionadas sugestões obtido parecer favorável dos serviços desta Câmara Municipal bem como da Universidade de Coimbra, apresenta-se a versão final dos Estatutos para aprovação pelo executivo municipal e pela Assembleia Municipal.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os Estatutos da MOR-ENERGY – Associação de Investigação em Energia, que constam como documento anexo à presente acta sob o número quinze e remeter à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a